

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília
Setembro/2013

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira
Eduardo Coutinho Guerra
Gilvan da Silva Dantas
Lísio Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio
Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Alex Pereira Benício

EQUIPE

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Erika Medeiros de Siqueira
Guilherme Ceccato
Karla de Lima Rocha
Maria da Glória Felgueiras Nicolau

Arte

Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha
Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros
Diagramação: Renato Barbosa

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 19, n. 08 (ago. 2013). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Receitas do Tesouro Nacional.....	7
Transferências do Tesouro Nacional.....	11
Despesas do Tesouro Nacional.....	13
Previdência Social.....	19
Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22
Dívida Interna Líquida.....	23
Dívida Externa Líquida.....	26

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central.....	5
Tabela 2 - Resultado do Governo Central - % PIB.....	6
Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central.....	7
Tabela 4 - Dividendos pagos à União.....	9
Tabela 5 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB.....	10
Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios.....	11
Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB.....	12
Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central.....	13
Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	14
Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	16
Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	17
Tabela 12 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano.....	17
Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB.....	18
Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social.....	19
Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - % PIB.....	20
Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social.....	21
Tabela 17 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22

Tabela 18 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional.....	23
Tabela 19 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	24
Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	24
Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional.....	25
Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional.....	26
Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional.....	26

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	8
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	9
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais.....	11
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	14
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	14
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	15
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	15
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar.....	16
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência.....	20
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22

Resultado Fiscal do Governo Central

Em agosto de 2013, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 87,0 milhões, contra superávit de R\$ 3,8 bilhões em julho de 2013. O Tesouro Nacional e o Banco Central apresentaram superávit de R\$ 5,8 bilhões e R\$ 22,8 milhões, respectivamente, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 5,7 bilhões.

R\$ Milhões

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central ¹ - Brasil - 2012 / 2013						
Discriminação do Resultado	Jul/13	Ago/13	Variação %	Jan -Ago		Variação %
				2012	2013	
I. RECEITA TOTAL	97.348,3	89.329,4	-8,2%	691.874,2	747.773,4	8,1%
Receitas do Tesouro	72.580,4	64.107,4	-11,7%	519.365,5	556.493,7	7,1%
Receitas da Previdência Social	24.668,7	24.881,3	0,9%	170.658,4	189.260,9	10,9%
Receitas do Banco Central	99,2	340,8	243,6%	1.850,3	2.018,8	9,1%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	11.666,8	16.058,1	37,6%	119.847,1	125.810,8	5,0%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	85.681,5	73.271,3	-14,5%	572.027,1	621.962,6	8,7%
IV. DESPESA TOTAL	81.910,8	73.184,2	-10,7%	518.446,8	583.489,0	12,5%
Despesas do Tesouro	53.820,7	42.251,8	-21,5%	317.449,1	355.833,6	12,1%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	27.755,5	30.614,5	10,3%	198.734,9	225.110,7	13,3%
Despesas do Banco Central	334,6	317,9	-5,0%	2.262,8	2.544,6	12,5%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB²	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	3.770,7	87,0	-97,7%	53.580,3	38.473,6	-28,2%
Tesouro Nacional	7.092,9	5.797,4	-18,3%	82.069,3	74.849,3	-8,8%
Previdência Social (RGPS)	-3.086,8	-5.733,2	85,7%	-28.076,5	-35.849,9	27,7%
Banco Central ³	-235,4	22,8	-109,7%	-412,5	-525,8	27,5%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				1,86%	1,23%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

3. Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

As receitas do Governo Central diminuíram R\$ 8,0 bilhões (8,2%), passando de R\$ 97,3 bilhões em julho para R\$ 89,3 bilhões em agosto de 2013. Esse comportamento decorreu principalmente dos decréscimos de R\$ 5,3 bilhões (15,9%) na arrecadação de impostos e de R\$ 2,3 bilhões (8,2%) na arrecadação de contribuições, tendo sido compensados parcialmente pelo recebimento de R\$ 4,8 bilhões de dividendos em agosto.

As despesas apresentaram decréscimo de R\$ 8,7 bilhões (10,7%) no comparativo entre julho e agosto de 2013. Observou-se diminuição de R\$ 11,6 bilhões (21,5%) nas despesas do Tesouro Nacional e aumento de R\$ 2,9 bilhões (10,3%) nas despesas da Previdência Social.

O resultado primário do Governo Central, em agosto de 2013, foi superavitário em R\$ 87,0 milhões, contra superávit de R\$ 3,8 bilhões em julho de 2013.

Em 2013, o superávit primário acumulado do Governo Central foi de R\$ 38,5 bilhões.

Gráfico 1. Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central Brasil - 2012/2013 - R\$ Bilhões

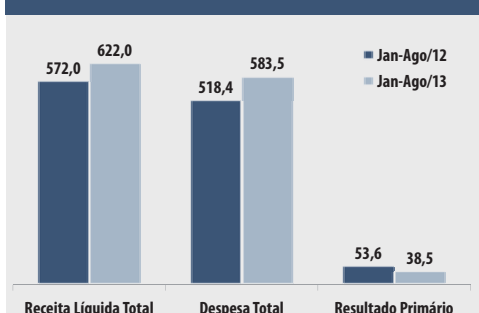
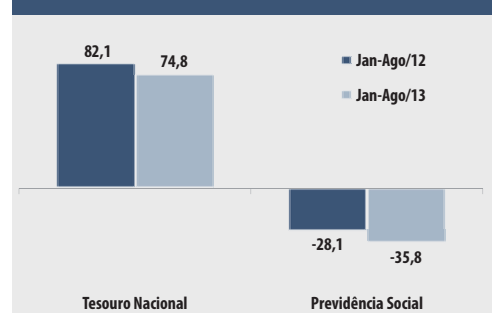


Gráfico 2. Resultado do Governo Central Brasil - 2012/2013 - R\$ Bilhões



Comparativamente ao acumulado até agosto de 2012, houve diminuição de R\$ 15,1 bilhões (28,2%) no superávit apurado. Esse comportamento reflete a redução de R\$ 7,2 bilhões (8,8%) no superávit do Tesouro Nacional, aumento de R\$ 7,8 bilhões (27,7%) no déficit da Previdência Social e de R\$ 113,2 milhões (27,5%) no déficit do Banco Central.

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R\$ 55,9 bilhões (8,1%) relativamente ao acumulado até agosto de 2012. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo crescimento na arrecadação de impostos (sobretudo em função do crescimento de R\$ 8,0 bilhões na receita de IRPJ, de R\$ 3,7 bilhões no imposto de importação e de R\$ 3,3 bilhões na arrecadação de IRRF), de contribuições (acréscimo de R\$ 12,2 bilhões em receitas de Cofins, de R\$ 3,8 bilhões em CSLL e de R\$ 3,0 bilhões relativos ao PIS/PASEP) e de concessões (crescimento de R\$ 5,9 bilhões). Por outro lado, houve redução de R\$ 3,5 bilhões na receita provenientes de dividendo e de R\$ 2,7 bilhões na arrecadação da CIDE.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 6,0 bilhões (5,0%) no período de janeiro a agosto de 2013 em virtude, principalmente, do crescimento de R\$ 6,2 bilhões (7,0%) observado nas transferências constitucionais, do aumento de R\$ 719,9 milhões da transferência relativa ao salário educação e da diminuição de R\$ 1,0 bilhão (94,6%) nas transferências da Cide-Combustíveis.

Ainda com relação ao mesmo período do ano anterior, as despesas do Governo Central cresceram R\$ 65,0 bilhões (12,5%), destacando-se os incrementos de R\$ 28,0 bilhões (14,4%) nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 26,4 bilhões (13,3%) nas despesas com benefícios previdenciários.

% PIB

Discriminação	Tabela 2 - Resultado do Governo Central - Brasil - 2012 / 2013	
	Jan - Ago	
	2012	2013
GOVERNO CENTRAL	1,86%	1,23%
Tesouro Nacional	2,85%	2,40%
Previdência Social	-0,98%	-1,15%
Banco Central	-0,01%	-0,02%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Receitas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central¹ - Brasil - 2012 / 2013

Discriminação do Resultado	Jul/13	Ago/13	Variação %	Jan -Ago		Variação %
				2012	2013	
I. RECEITA TOTAL	97.348,3	89.329,4	-8,2%	691.874,2	747.773,4	8,1%
I.1. Receitas do Tesouro	72.580,4	64.107,4	-11,7%	519.365,5	556.493,7	7,1%
Receita Bruta ²	75.063,2	66.271,8	-11,7%	531.695,8	569.313,5	7,1%
Impostos	33.632,8	28.293,2	-15,9%	249.442,6	263.950,2	5,8%
IR	23.911,8	18.648,8	-22,0%	177.660,2	190.519,1	7,2%
IPI	3.903,8	3.884,5	-0,5%	30.734,4	30.171,1	-1,8%
Outros	5.817,2	5.759,9	-1,0%	41.048,0	43.260,0	5,4%
Contribuições	28.315,8	25.985,0	-8,2%	200.244,1	218.977,5	9,4%
Cofins	15.771,2	15.908,1	0,9%	112.134,7	124.363,9	10,9%
CSLL	6.107,7	3.773,3	-38,2%	39.806,7	43.562,6	9,4%
Pis/Pasep	4.182,8	4.151,0	-0,8%	30.032,1	33.038,8	10,0%
CIDE-Combustíveis	1,2	0,8	-31,2%	2.734,4	7,5	-99,7%
Outras	2.252,9	2.151,8	-4,5%	15.536,1	18.004,6	15,9%
Demais	13.114,5	11.993,7	-8,5%	82.009,1	86.385,9	5,3%
Cota parte de compensações financeiras	5.146,2	1.793,5	-65,1%	25.100,2	24.794,5	-1,2%
Diretamente arrecadadas	3.222,3	2.944,9	-8,6%	26.386,2	30.246,0	14,6%
Concessões	3.315,3	876,1	-73,6%	1.070,0	6.984,9	552,8%
Dividendos	68,7	4.814,2	-	16.125,4	12.578,1	-22,0%
Outras	1.361,9	1.564,9	14,9%	13.327,3	11.782,4	-11,6%
(-) Restituições	-2.482,8	-2.164,4	-12,8%	-12.194,0	-12.768,2	4,7%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-	-136,4	-51,6	-62,2%
I.2. Receitas da Previdência Social³	24.668,7	24.881,3	0,9%	170.658,4	189.260,9	10,9%
Receitas da Previdência Social - Urbano	24.161,2	24.347,4	0,8%	166.935,9	185.293,3	11,0%
Receitas da Previdência Social - Rural	507,5	533,8	5,2%	3.722,5	3.967,6	6,6%
I.3. Receitas do Banco Central	99,2	340,8	243,6%	1.850,3	2.018,8	9,1%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "caixa", que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

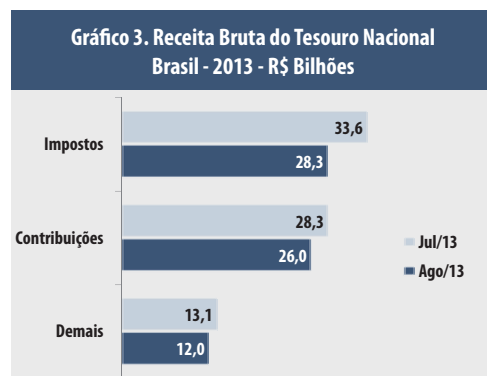
3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

A Receita Bruta do Tesouro Nacional apresentou decréscimo de 11,7% relativamente ao mês anterior, em função, sobretudo, de fatores sazonais.

Receitas do Tesouro Nacional Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou decréscimo de R\$ 8,8 bilhões (11,7%), passando de R\$ 75,1 bilhões, em julho, para R\$ 66,3 bilhões em agosto de 2013. Este comportamento é explicado, principalmente, pela diminuição de R\$ 5,3 bilhões (15,9%) na arrecadação de impostos, de R\$ 2,3 bilhões (8,2%) na arrecadação de contribuições e ainda pela redução de R\$ 1,1 bilhão (8,5%) nas demais receitas.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 28,3 bilhões e as de contribuições R\$ 26,0 bilhões, apresentando em seu conjunto uma diminuição de R\$ 7,7 bilhões (12,4%) em relação aos valores apurados em julho. Essa evolução decorre, sobretudo, dos seguintes fatores:



Em agosto de 2013, as arrecadações de IRPJ e CSLL apresentaram, em conjunto, decréscimo de R\$ 7,0 bilhões (39,8%), devido principalmente ao pagamento, em julho de 2013, da 1ª cota ou cota única referente à apuração trimestral, sem evento correspondente em agosto.

i) decréscimo de R\$ 4,7 bilhões (40,6%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 2,3 bilhões (38,2%) na da CSLL devido ao pagamento em julho, da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho, sem evento correspondente em agosto;

ii) decréscimo de R\$ 374,3 milhões (25,2%) na arrecadação de IRRF – Remessas ao Exterior; e

iii) diminuição de R\$ 114,8 milhões na arrecadação de IOF proveniente, principalmente, da redução a zero da alíquota relativa a operações de câmbio de entrada de moeda para fins de aplicações financeiras, conforme Decreto nº 8.023, de 04 de junho de 2013.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram decréscimo de R\$ 1,1 bilhão (8,5%), tendo sido influenciadas, especialmente, pelas seguintes variações:

i) decréscimo de R\$ 3,4 bilhões (65,1%) nas receitas de cota parte de compensações financeiras, decorrente do recolhimento trimestral da participação especial na exploração de petróleo e gás natural em julho sem correspondência em agosto;

ii) decréscimo de R\$ 2,4 bilhões (73,6%) nas receitas de concessões, devido ao recolhimento, em julho, de bônus de assinatura de contrato de concessão de campos de petróleo relativos à 11ª rodada da ANP e da parcela anual relativa à contribuição fixa de outorga de serviços de infraestrutura portuária (aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília). Cumpre destacar que, em agosto, as receitas de concessões são advindas da complementação de bônus de assinatura relativos à 11ª rodada da ANP e de outorga de telefonia móvel de 3ª geração (3G); e

iii) arrecadação de dividendos no montante de R\$ 4,8 bilhões ante R\$ 68,7 milhões em julho.

Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Na comparação com o período de janeiro a agosto de 2012, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 37,6 bilhões (7,1%), passando de R\$ 531,7 bilhões para R\$ 569,3 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida, ao desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos (atividade industrial, massa salarial, venda de bens e serviços e valor em dólar das importações), bem como o impacto das desonerações tributárias.

As variações na arrecadação de impostos e contribuições decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

i) crescimento de R\$ 8,0 bilhões (10,6%) no IRPJ e de R\$ 3,8 bilhões (9,4%) na CSLL, explicado, sobretudo, pela conjugação dos seguintes fatores: a) redução de 51,3% na arrecadação relativa ao ajuste anual referente aos fatos geradores do ano de 2012; b) crescimento de 18,8% na arrecadação do imposto pago por estimativa

mensal, em especial do setor financeiro, em razão, principalmente, da venda de participação societária em abril/13 com reflexo na arrecadação do mês de maio/13;

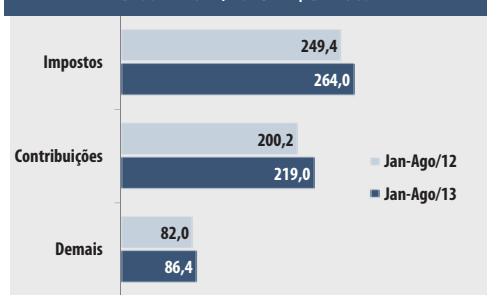
ii) incremento de R\$ 12,2 bilhões (10,9%) na Cofins e de R\$ 3,0 bilhões (10,0%) no PIS/Pasep, devido, sobretudo, ao crescimento de 4,0% do volume de vendas de dezembro de 2012 a julho de 2013 em relação a igual período de 2012 (PMC-IBGE), ao aumento na arrecadação de PIS/Cofins Importação, bem como ao aumento de depósitos administrativos e judiciais;

iii) crescimento de R\$ 3,7 bilhões (18,2%) no imposto de importação, explicado, sobretudo, pela elevação de 4,6% no valor em dólar das importações, de 10,2% na taxa média de câmbio e de 2,5% na alíquota média efetiva do Imposto de Importação;

iv) acréscimo de R\$ 2,2 bilhões (4,5%) no IRRF - Rendimentos do Trabalho, decorrente principalmente, da variação nominal de 11,6% da massa salarial habitual, nos meses de dezembro/12 a julho/13, em relação a igual período

No acumulado de 2013, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 37,6 bilhões (7,1%) em relação ao ano anterior, refletindo o comportamento dos principais indicadores econômicos que afetam a arrecadação tributária, bem como o impacto das desonerações tributárias.

Gráfico 4. Receita Bruta do Tesouro Nacional Brasil - 2012/2013 - R\$ Bilhões



R\$ Milhões

Tabela 4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2012 / 2013

Discriminação	Jan - Ago	
	2012	2013
Banco do Brasil	1.967,6	2.452,5
BNB	122,7	228,0
BNDES	9.360,5	5.801,4
Caixa	1.500,0	2.400,0
Correios	0,0	101,1
Eletrobras	725,0	18,4
IRB	101,7	1,1
Petrobras	1.886,6	1.015,5
Demais	461,4	560,1
Total	16.125,4	12.578,1

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

salario habitual, nos meses de dezembro/12 a julho/13, em relação a igual período

do ano anterior e decréscimo decorrente da nova forma de tributação adotada na distribuição de lucros e resultados das empresas (MP nº 597/12);

v) acréscimo de R\$ 1,5 bilhão (8,6%) no IRPF devido ao aumento de 8,6% no pagamento das quotas da declaração de ajuste anual e de 7,7% no pagamento do carnê-leão, conjugado com o decréscimo de 16,6% no item ganhos de capital na alienação de bens e direitos; e

vi) decréscimo de R\$ 2,7 bilhões (99,7%) na arrecadação da contribuição da CIDE-combustíveis devido à redução das alíquotas da CIDE da gasolina e do diesel a zero.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou acréscimo de R\$ 4,4 bilhões (5,3%), em relação aos oito primeiros meses de 2012, decorrente, principalmente:

i) do acréscimo de R\$ 5,9 bilhões (552,8%) na arrecadação de concessões, principalmente em função de receitas advindas em maio da outorga de serviços de telecomunicações, principalmente as referentes à prorrogação dos contratos relativos às concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC e ao Serviço Móvel Pessoal – SMP (bandas A e B); de pagamentos da licitação de serviço de banda larga e telefonia móvel de quarta geração (4G) em junho; do bônus de assinatura de contrato de concessão de campos de petróleo relativos à 11ª rodada da ANP e à parcela anual relativa à contribuição fixa de outorga de serviços de infraestrutura portuária (aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília), ambos registrados em julho, além das receitas advindas da complementação de bônus de assinatura relativos à 11ª rodada da ANP e de outorga de telefonia móvel de 3ª geração (3G), obtidas em agosto;

ii) do crescimento de R\$ 3,9 bilhões (14,6%) na arrecadação das receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e fundações, em função, principalmente, da arrecadação em junho de R\$ 1,8 bilhão referente a recursos do INCRA (Portaria nº 352, de 18 de junho de 2013); e

iii) da diminuição de R\$ 3,5 bilhões (22,0%) na rubrica de dividendos.

Discriminação	% PIB	
	Tabela 5 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013	
	Jan - Ago	
	2012	2013
RECEITA BRUTA ¹	18,49%	18,24%
Impostos	8,67%	8,45%
IR	6,18%	6,10%
IPI	1,07%	0,97%
Outros	1,43%	1,39%
Contribuições	6,96%	7,01%
Cofins	3,90%	3,98%
CSLL	1,38%	1,40%
Pis/Pasep	1,04%	1,06%
CIDE-Combustíveis	0,10%	0,00%
Outras	0,54%	0,58%
Demais	2,85%	2,77%
Cota parte de compensações financeiras	0,87%	0,79%
Diretamente arrecadadas	0,92%	0,97%
Concessões	0,04%	0,22%
Dividendos	0,56%	0,40%
Outras	0,46%	0,38%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2012 / 2013

Discriminação do Resultado	Jul/13	Ago/13	Variação %	Jan - Ago		Variação %
				2012	2013	
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	11.666,8	16.058,1	37,6%	119.847,1	125.810,8	5,0%
Transferências Constitucionais	8.796,3	11.412,9	29,7%	88.990,8	95.196,8	7,0%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	162,5	162,5	0,0%	1.300,0	1.300,0	0,0%
Transferências da Cíde - Combustíveis	0,0	0,0	-	1.060,9	57,3	-94,6%
Demais Transferências	2.708,0	4.482,7	65,5%	28.495,3	29.256,7	2,7%
Salário Educação	801,3	777,7	-3,0%	5.918,4	6.638,3	12,2%
Royalties	1.204,8	2.999,1	148,9%	15.811,0	15.884,4	0,5%
Fundef/Fundeb	682,9	682,9	0,0%	6.596,1	6.540,0	-0,9%
Outras	18,9	23,0	21,7%	169,9	194,0	14,2%

Fonte: Tesouro Nacional

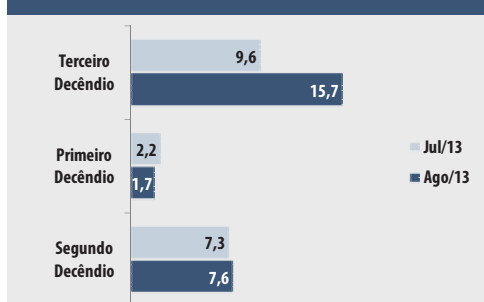
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 4,4 bilhões (37,6%) em agosto de 2013, frente ao mês anterior, devido a fatores sazonais.

Transferências do Tesouro Nacional Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em agosto de 2013, as transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 4,4 bilhões (37,6%), totalizando R\$ 16,1 bilhões, contra R\$ 11,7 bilhões no mês anterior. Esse comportamento é resultado, principalmente, do aumento de R\$ 2,6 bilhões (29,7%) nas transferências constitucionais, reflexo da variação de arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), bem como do crescimento de R\$ 1,8 bilhão (148,9%) nas transferências de royalties de petróleo, em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

Gráfico 5. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2013 - R\$ Bilhões


Transferências do Tesouro Nacional Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Comparativamente ao acumulado até agosto de 2012, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 6,0 bilhões (5,0%), elevando-se de R\$ 119,8 bilhões em 2012 para R\$ 125,8 bilhões em 2013. As principais variações no período foram:

i) aumento de R\$ 6,2 bilhões (7,0%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outras), reflexo do aumento de 7,2% na arrecadação do IR em 2013;

ii) crescimento de R\$ 719,9 milhões (12,2%) nas transferências relativas a Salário Educação;

iii) redução de R\$ 1,0 bilhão (94,6%) nas transferências relativas à Cide - Combustíveis, devido à redução das alíquotas da CIDE da gasolina e do diesel a zero.

Em relação ao acumulado no mesmo período de 2012, as transferências apresentaram crescimento de R\$ 6,0 bilhões (5,0%).

% PIB

Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2012 / 2013		
Discriminação	Jan-Ago	
	2012	2013
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	4,17%	4,03%
Transferências Constitucionais	3,09%	3,05%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	0,05%	0,04%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,04%	0,00%
Demais Transferências	0,99%	0,94%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Despesas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central¹ - Brasil - 2012 / 2013

Discriminação do Resultado	Jul/13	Ago/13	Variação %	Jan-Ago		Variação %
				2012	2013	
I. DESPESA TOTAL	81.910,8	73.184,2	-10,7%	518.446,8	583.489,0	12,5%
I.1. Despesas do Tesouro	53.820,7	42.251,8	-21,5%	317.449,1	355.833,6	12,1%
Pessoal e Encargos Sociais ²	20.225,9	15.617,9	-22,8%	121.834,4	132.152,8	8,5%
Custeio e Capital	33.520,2	26.315,4	-21,5%	194.096,5	222.069,9	14,4%
Despesa do FAT	7.739,7	4.509,3	-41,7%	26.320,5	29.582,8	12,4%
Subsídios e Subvenções Econômicas ³	500,6	438,0	-12,5%	8.297,7	7.158,3	-13,7%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) ⁴	2.814,2	2.815,0	0,0%	19.494,0	22.461,8	15,2%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	518,0	1.450,0	179,9%	0,0	1.968,0	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	21.947,6	17.103,1	-22,1%	139.984,3	160.899,0	14,9%
Outras Despesas de Custeio	16.330,2	13.775,1	-15,6%	97.521,6	118.786,8	21,8%
Outras Despesas de Capital ⁵	5.617,5	3.327,9	-40,8%	42.462,7	42.112,2	-0,8%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	74,7	318,5	326,4%	1.518,3	1.610,9	6,1%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) ⁶	27.755,5	30.614,5	10,3%	198.734,9	225.110,7	13,3%
Benefícios Previdenciários - Urbano	21.510,9	22.729,8	5,7%	153.067,2	173.180,7	13,1%
Benefícios Previdenciários - Rural	6.244,5	7.884,7	26,3%	45.667,7	51.930,0	13,7%
I.3. Despesas do Banco Central	334,6	317,9	-5,0%	2.262,8	2.544,6	12,5%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3. Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

4. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

5. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei nº 12.693/2012.

6. Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

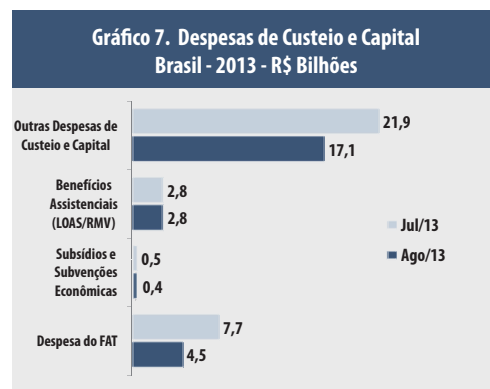
Despesas do Tesouro Nacional Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em agosto, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 42,3 bilhões, representando um decréscimo de R\$ 11,6 bilhões (21,5%) em relação a julho de 2013. Esse comportamento decorreu principalmente das reduções de R\$ 7,2 bilhões (21,5%) nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 4,6 bilhões (22,8%) nas despesas de Pessoal.

O aumento nas despesas de custeio e capital deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

i) decréscimo de R\$ 4,8 bilhões (22,1%) em Outras Despesas de Custeio e Capital, concentrado principalmente nas reduções de R\$ 3,5 bilhões (22,3%) nas despesas discricionárias e de R\$ 1,1 bilhão (30,8%) nas despesas do Programa de

As Despesas do Tesouro Nacional apresentaram decréscimo de R\$ 11,6 bilhões (21,5%) em relação a julho de 2013.



Aceleração do Crescimento - PAC. Adicionalmente, em agosto, houve compensação de R\$ 907,1 milhões ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), referente a abril de 2013. Essa compensação, fruto da desoneração da folha de pagamentos (Lei nº 12.715/2012), seguirá o cronograma disposto na Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS nº 2, de 28 de março de 2013;

ii) redução de R\$ 3,2 bilhões (41,7%) nas despesas do FAT. O pagamento do abono salarial observa o calendário atual referente ao exercício 2013/2014 (agosto/2013 a julho/2014), regulamentado pela Resolução Codefat nº 714/2013; e

iii) emissão de R\$ 1,4 bilhão em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), por meio das Portarias nº 440, de 1 de agosto de 2013, e nº 457, de 13 de agosto de 2013, o que representa um acréscimo de R\$ 932,0 milhões (179,9%) em relação ao mês anterior.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 15,6 bilhões no mês frente a R\$ 20,3 bilhões em julho de 2013. Cumpre destacar que os gastos com pessoal foram impactados no mês anterior em virtude do adiantamento de parcela do décimo terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores do Poder Executivo.

R\$ Milhões

Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2013

Discriminação	Jul/13	Ago/13	Variação %
Precatórios e Sentenças	74,3	50,9	-31,5%
Legislativo	152,3	118,7	-22,1%
Judiciário	641,2	602,4	-6,0%
Crédito Extraordinário ¹	496,2	390,1	-21,4%
PAC ²	3.730,7	2.582,6	-30,8%
Outras ³	220,1	159,0	-27,8%
Compensação RGPS ⁴	808,1	907,1	12,2%
Discricionárias	15.824,7	12.292,3	-22,3%
Min. da Saúde	6.492,2	5.597,9	-13,8%
Min. do Des. Social	2.439,0	2.256,4	-7,5%
Min. da Educação	2.946,6	2.178,1	-26,1%
Min. da Defesa	1.089,7	1.284,1	17,8%
Min. da Ciência e Tec.	473,7	282,6	-40,3%
Min. do Des. Agrário	190,2	112,6	-40,8%
Min. da Justiça	276,3	230,1	-16,7%
Min. da Previdência	220,1	158,3	-28,1%
Min. dos Transportes	49,9	50,6	1,4%
Min. das Cidades	76,1	140,5	84,7%
Demais	1.570,9	1,2	-99,9%
Total	21.947,6	17.103,1	-22,1%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

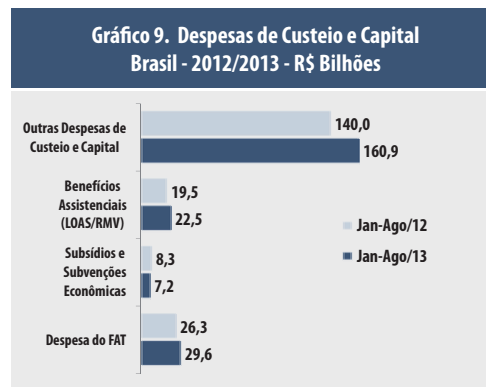
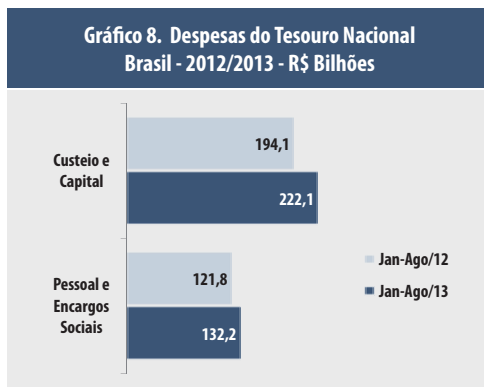
3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 38,4 bilhões (12,1%) em relação ao acumulado no mesmo período de 2012, destacando-se as variações de R\$ 28,0 bilhões (14,4%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 10,3 bilhões (8,5%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais. Cumpre destacar que, em percentual do PIB, houve decréscimo de 0,01 p.p. do PIB nas despesas de pessoal.



Em comparação com o acumulado em 2012, os gastos com o PAC apresentaram incremento de R\$ 1,7 bilhão (6,2%).

O aumento de R\$ 28,0 bilhões observados nos gastos com Custeio e Capital, quando comparado ao acumulado no mesmo período de 2012, pode ser explicado por:

i) crescimento de R\$ 20,9 bilhões (14,9%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital. As variações mais significativas foram: a) aumento de R\$ 13,9 bilhões (13,9%) nas despesas discricionárias; b) aumento de R\$ 2,8 bilhões (183,4%) nos desembolsos relativos a créditos extraordinários; e c) crescimento de R\$ 1,7 bilhão (6,2%) nas despesas do PAC. Nas despesas discricionárias, as maiores variações foram observadas nos gastos do Ministério da Saúde, com aumento de R\$ 6,6 bilhões (15,8%); do Ministério do Desenvolvimento Social, com incremento de R\$ 2,6 bilhões (16,3%) e do Ministério da Educação, com aumento de R\$ 2,3 bilhões (13,3%);

ii) aumento de R\$ 3,3 bilhões (12,4%) nas despesas do FAT, justificado principalmente pelo reajuste de 8,8% no valor do benefício do Seguro Desemprego (Resoluções Codefat nº 707/2013 e 714/2013);

iii) incremento de R\$ 3,0 bilhões (15,2%) nos gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), em relação ao mesmo período de 2012. Essa variação é explicada pelo aumento de 5,0% na quantidade de benefícios emitidos e pelos reajustes de 14,1% e de 8,8% do salário mínimo nos anos de 2012 e 2013, respectivamente; e

iv) redução de R\$ 1,1 bilhão (13,7%) nos dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas, em relação ao acumulado em 2012, alcançando R\$ 7,2 bilhões. Este resultado decorreu da execução dos seguintes Programas: a) Custeio Agropecuário (redução de R\$ 1,2 bilhão); b) Programa de Sustentação do

Investimento - PSI (redução de R\$ 655,1 milhões); c) Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (aumento de R\$ 412,4 milhões); e d) Programa de Aquisição do Governo Federal - AGF (redução de R\$ 317,1 milhões).

Os dispêndios com a folha salarial registraram decréscimo de 0,01 p.p do PIB, passando de 4,24% no acumulado de 2012 para 4,23% do PIB em 2013. Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 10,3 bilhões (8,5%), passando de R\$ 121,8 bilhões em 2012, para R\$ 132,2 bilhões em 2013. Cumpre destacar que houve aumento de R\$ 823,9 milhões no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal em relação ao mesmo período do ano anterior.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até agosto de 2013, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 21,4 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 5,2 bilhões), da Saúde (R\$ 5,0 bilhões) e da Defesa (R\$ 2,8 bilhões).

Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2012/2013

Discriminação	Jan-Ago		Variação %
	2012	2013	
Precatórios e Sentenças	3.010,6	512,1	-83,0%
Legislativo	926,0	973,5	5,1%
Judiciário	4.461,6	4.706,2	5,5%
Crédito Extraordinário ¹	1.547,3	4.385,3	183,4%
PAC ²	27.328,0	29.035,9	6,2%
Outras ³	3.047,1	2.523,3	-17,2%
Compensação RGPS ⁴	0,0	5.223,6	-
Discricionárias	99.663,7	113.539,0	13,9%
Min. da Saúde	41.910,6	48.519,8	15,8%
Min. do Des. Social	15.779,6	18.347,7	16,3%
Min. da Educação	17.210,1	19.503,6	13,3%
Min. da Defesa	8.426,0	7.590,0	-9,9%
Min. da Ciência e Tec.	3.247,0	3.176,7	-2,2%
Min. do Des. Agrário	1.171,1	1.225,7	4,7%
Min. da Justiça	1.613,3	2.033,4	26,0%
Min. da Previdência	1.300,4	1.398,5	7,5%
Min. dos Transportes	677,2	697,3	3,0%
Min. das Cidades	765,2	969,4	26,7%
Demais	7.563,3	10.076,9	33,2%
Total	139.984,3	160.899,0	14,9%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

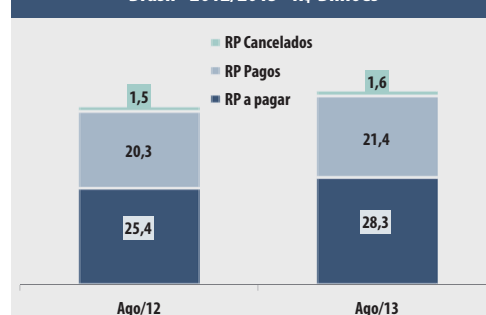
1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiações, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Gráfico 10. Execução de Restos a Pagar Brasil - 2012/2013 - R\$ Bilhões



R\$ Milhões

Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas Operações Oficiais de Crédito - Brasil - 2012/2013		
Discriminação	Jan -Ago	
	2012	2013
Agricultura	4.286,0	2.962,0
Custeio Agropecuário	1.290,7	102,0
Investimento Rural	50,8	332,7
Preços Agrícolas	714,5	178,7
EGF	173,1	85,1
AGF	241,5	-75,7
Sustent. de preços	300,0	169,3
Pronaf	1.718,6	1.644,0
Pesa	177,9	590,3
Álcool	0,7	0,0
Cacau	0,4	0,0
Fundo da Terra/Incrá	235,6	57,3
FUNCAFÉ	46,2	50,0
Revitaliza	50,5	6,9
Outros	1.392,3	1.091,1
PSI	751,7	96,5
Op. Microcredito (EQMPO)	153,8	247,0
Op. Microcredito (EQPCD)	0,0	0,1
FND	-34,1	0,0
FSA	53,3	250,0
Exportação (Proex)	145,1	39,5
Itaipu ²	231,1	332,8
Capitalização à EMGEA	91,5	125,2
Total	5.678,3	4.053,1

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.

R\$ Milhões

Tabela 12- Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano Brasil - 2007 /2013						
	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2007	2.575.467,0	7,8%	1.239.649,3	9,5%	1.335.817,8	6,3%
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%
média 2012	3.683.282,7	5,0%	1.717.885,8	3,6%	1.965.396,9	6,3%
Ago/07	2.538.216,0	-	1.219.546,5	-	1.318.669,5	-
Ago/08	2.766.384,5	9,0%	1.337.405,3	9,7%	1.428.979,3	8,4%
Ago/09	3.015.609,3	9,0%	1.467.925,0	9,8%	1.547.684,3	8,3%
Ago/10	3.250.635,9	7,8%	1.569.584,3	6,9%	1.681.051,6	8,6%
Ago/11	3.473.365,5	6,9%	1.647.486,8	5,0%	1.825.878,8	8,6%
Ago/12	3.651.917,3	5,1%	1.706.684,0	3,6%	1.945.233,3	6,5%
Ago/13	3.834.917,5	5,0%	1.774.290,9	4,0%	2.060.626,6	5,9%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013

Discriminação	Jan - Ago	
	2012	2013
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	11,04%	11,40%
Pessoal e Encargos Social	4,24%	4,23%
Custeio e Capital	6,75%	7,11%
Despesas do FAT	0,92%	0,95%
Subsídios e Subvenções ¹	0,29%	0,23%
LOAS/RMV	0,68%	0,72%
Outras	4,87%	5,15%
Transferências ao Bacen	0,05%	0,05%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Previdência Social

R\$ Milhões

Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2012 / 2013						
Discriminação do Resultado	Jul/12	Ago/13	Variação %	Jan-Ago		Variação %
				2012	2013	
I. ARRECADÇÃO LÍQUIDA	24.668,7	24.881,3	0,9%	170.658,4	189.260,9	10,9%
Arrecadação Bruta	27.392,2	27.628,9	0,9%	190.804,1	212.011,6	11,1%
Contribuição Previdenciária	23.949,5	23.983,3	0,1%	171.580,7	185.584,1	8,2%
Simples	2.453,4	2.533,8	3,3%	17.558,5	19.431,0	10,7%
CFT	0,0	0,0	-	206,4	99,1	-52,0%
Depósitos Judiciais	171,5	178,6	4,2%	1.384,2	1.588,3	14,7%
Refis	9,6	26,2	171,3%	74,3	85,5	15,1%
Compensação RGPS ¹	808,1	907,1	12,2%	0,0	5.223,6	-
(-) Restituição/Devolução	-134,7	-93,0	-31,0%	-586,2	-655,0	11,7%
(-) Transferências a Terceiros	-2.588,8	-2.654,7	2,5%	-19.559,6	-22.095,8	13,0%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	27.755,5	30.614,5	10,3%	198.734,9	225.110,7	13,3%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.086,8	-5.733,2	85,7%	-28.076,5	-35.849,9	27,7%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-0,98%	-1,15%	

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1 Receita correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Previdência Social

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em agosto de 2013, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 5,7 bilhões, contra um déficit de R\$ 3,1 bilhões em julho. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

i) aumento de R\$ 2,9 bilhões no total de despesas com benefícios (10,3%) devido, principalmente, ao pagamento de parcela do abono equivalente à gratificação natalina a parte dos segurados e dependentes da Previdência (Decreto nº 8.064/2013); e

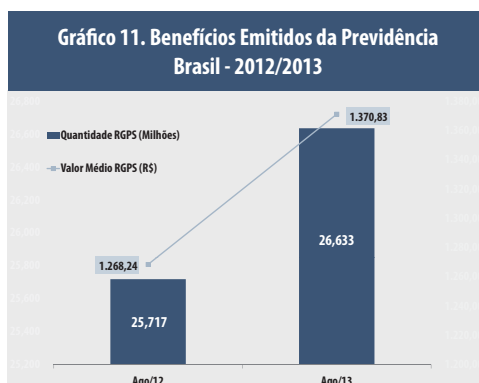
ii) a arrecadação líquida de agosto teve um crescimento de R\$ 212,6 milhões (0,9% em relação a julho) proveniente, especialmente, do aumento de arrecadação de R\$ 80,3 milhões por meio do Simples e de R\$ 33,8 milhões da contribuição previdenciária. Além disso, houve o ingresso de R\$ 907,1 milhões na receita de compensação do RGPS, devida pela União à Previdência Social em função da desoneração da folha de pagamentos estabelecida na Lei nº 12.715/12. Cumpre destacar que o valor de agosto refere-se a compensações relativas a abril de 2013, conforme definido na Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS nº 2, de 28 de março de 2013.

Em agosto de 2013, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 5,7 bilhões contra déficit de R\$ 3,1 bilhões em julho de 2013 devido, principalmente, ao pagamento da 1º parcela da gratificação natalina a parte dos segurados (Decreto nº 8.064/2013).

Previdência Social

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Comparativamente ao acumulado até agosto de 2012, o déficit previdenciário passou de 0,98% em 2012 para 1,15% do PIB em 2013. Em termos nominais, o déficit teve um aumento de R\$ 7,7 bilhões até agosto e já acumula R\$ 35,8 bilhões no ano. Cabe observar que os benefícios pagos à população rural provocaram um déficit de R\$ 48,0 bilhões no período enquanto as contribuições da população urbana geraram um superávit de R\$ 12,1 bilhões.



Ressalte-se que o resultado da receita previdenciária no período foi influenciado pelas desonerações tributárias sobre a folha de pagamentos, em especial, pelas desonerações instituídas por meio das Leis nº 12.715/12 e nº 12.794/12 e da MP nº 601/12.

A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 18,6 bilhões (10,9%). Isso se deve ao crescimento de 11,6% da massa salarial, calculada para o período entre dezembro de 2012 a julho de 2013, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Destaca-se também o aumento da arrecadação proveniente das micro e pequenas empresas, por meio do Simples, que tiveram um aumento de R\$ 1,9 bilhão (10,7%).

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 26,4 bilhões (13,3%) comparativamente aos primeiros oito meses de 2012 devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) aumento de R\$ 102,59 (8,1%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso;

ii) elevação de 7,1 milhões no número de benefícios pagos em 2013 (3,6%), sendo 2,8 milhões de benefícios referentes a aposentadoria por idade, 1,5 milhão por tempo de contribuição e 1,4 milhão de benefícios referentes a pensão por morte; e

iii) aumento de R\$ 830,1 milhões em precatórios e sentenças judiciais de benefícios previdenciários.

Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2012 / 2013

Discriminação	R\$ Milhões		Variação %	% PIB	
	Jan -Ago			Jan -Ago	
	2012	2013		2012	2013
CONTRIBUIÇÃO	170.658,4	189.260,9	10,9%	5,93%	6,06%
Urbano	166.935,9	185.293,3	11,0%	5,81%	5,94%
Rural	3.722,5	3.967,6	6,6%	0,13%	0,13%
BENEFÍCIOS	198.734,9	225.110,7	13,3%	6,91%	7,21%
Urbano	153.067,2	173.180,7	13,1%	5,32%	5,55%
Rural	45.667,7	51.930,0	13,7%	1,59%	1,66%
RESULTADO PRIMÁRIO	-28.076,5	-35.849,9	27,7%	-0,98%	-1,15%
Urbano	13.868,7	12.112,6	-12,7%	0,48%	0,39%
Rural	-41.945,2	-47.962,5	14,3%	-1,46%	-1,54%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Em mil benefícios

Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2012 / 2013

Discriminação	Jul/13	Ago/13	Variação %	Jan -Ago		Variação %
				2012	2013	
				BENEFÍCIOS DO RGPS	26.506	
Previdenciários	25.663	25.785	0,5%	196.818	203.850	3,6%
Aposentadorias	17.060	17.125	0,4%	130.683	135.479	3,7%
Idade	8.994	9.034	0,4%	68.537	71.368	4,1%
Invalidez	3.094	3.099	0,2%	24.231	24.661	1,8%
Tempo de contribuição	4.972	4.992	0,4%	37.915	39.449	4,0%
Pensão por morte	7.070	7.091	0,3%	54.857	56.289	2,6%
Auxílio-Doença	1.359	1.390	2,3%	10.078	10.730	6,5%
Salário - maternidade	90	92	2,5%	623	692	10,9%
Outros	85	87	2,1%	576	661	14,7%
Acidentários	843	848	0,6%	6.654	6.723	1,0%
Aposentadorias	186	186	0,4%	1.413	1.473	4,2%
Pensão por morte	121	121	-0,1%	987	974	-1,3%
Auxílio - doença	173	176	2,1%	1.384	1.380	-0,3%
Auxílio - acidente	300	301	0,4%	2.329	2.383	2,3%
Auxílio - suplementar	63	63	-0,5%	542	513	-5,2%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Líquida do Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R\$ 965,2 bilhões em agosto de 2013. Comparativamente ao mês anterior houve aumento de R\$ 10,9 bilhões, consequência dos aumentos de R\$ 7,5 bilhões na dívida interna líquida e de R\$ 3,4 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Em agosto de 2013, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 20,8% do PIB, apresentando decréscimo de 1,6 p.p. comparativamente ao ano anterior.

R\$ Milhões

Tabela 17 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013

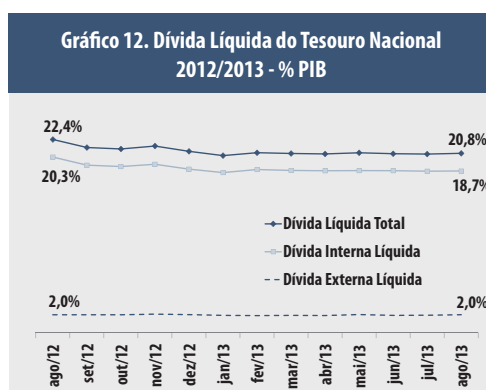
Discriminação	Jul/13	Ago/13	Variação %	Ago/12	Ago/13	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	862.437,6	869.920,4	0,9%	876.509,8	869.920,4	-0,8%
Dívida Interna	2.749.421,8	2.781.374,4	1,2%	2.615.264,7	2.781.374,4	6,4%
Haveres Internos	1.886.984,2	1.911.454,0	1,3%	1.738.754,9	1.911.454,0	9,9%
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	91.857,9	95.278,6	3,7%	87.831,0	95.278,6	8,5%
Dívida Externa	92.698,2	95.838,4	3,4%	88.427,9	95.838,4	8,4%
Haveres Externos	840,3	559,8	-33,4%	596,8	559,8	-6,2%
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	954.295,5	965.199,0	1,1%	964.340,8	965.199,0	0,1%
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	20,7%	20,8%		22,4%	20,8%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação a agosto de 2012, a DLTN aumentou R\$ 858,2 milhões, em decorrência da redução de R\$ 6,6 bilhões no estoque da dívida interna líquida e do aumento de R\$ 7,4 bilhões no estoque da dívida externa líquida.



Em percentual do PIB, a DLTN diminuiu 1,6 p.p. no mesmo período, passando de 22,4% em agosto de 2012 para 20,8% em agosto de 2013.

Dívida Interna Líquida

R\$ Milhões

Tabela 18 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013						
Discriminação	Jul/13	Ago/13	Variação %	Ago/12	Ago/13	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA	2.749.421,8	2.781.374,4	1,2%	2.615.264,7	2.781.374,4	6,4%
Dívida Mobiliária	2.746.027,9	2.778.254,1	1,2%	2.608.143,2	2.778.254,1	6,5%
DPMFi em Poder do Público ¹	1.864.306,6	1.895.835,1	1,7%	1.778.876,8	1.895.835,1	6,6%
DPMFi em Poder do Banco Central	914.713,8	915.092,6	0,0%	858.527,0	915.092,6	6,6%
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	-32.992,5	-32.673,6	-1,0%	-29.260,6	-32.673,6	11,7%
Demais Obrigações Internas	3.393,9	3.120,3	-8,1%	7.121,5	3.120,3	-56,2%
II. HAVERES INTERNOS	1.886.984,2	1.911.454,0	1,3%	1.738.754,9	1.911.454,0	9,9%
Disponibilidades Internas	489.228,7	505.710,9	3,4%	477.877,0	505.710,9	5,8%
Haveres junto aos Governos Regionais	512.503,0	512.995,0	0,1%	502.778,4	512.995,0	2,0%
Haveres da Administração Indireta	315.429,6	319.659,1	1,3%	285.571,0	319.659,1	11,9%
Haveres Administrados pela STN	569.822,8	573.089,0	0,6%	472.528,6	573.089,0	21,3%
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	862.437,6	869.920,4	0,9%	876.509,8	869.920,4	-0,8%
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/ PIB ³	18,7%	18,7%		20,3%	18,7%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

2. Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.

3. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

No mês de agosto, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 869,9 bilhões, apresentando um acréscimo de R\$ 7,5 bilhões em relação ao mês anterior, consequência dos aumentos de R\$ 32,0 bilhões no estoque da dívida interna bruta e de R\$ 24,5 bilhões no saldo dos haveres internos. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 18,7% em agosto de 2013.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional diminuiu R\$ 6,6 bilhões, passando de R\$ 876,5 bilhões, em agosto de 2012, para R\$ 869,9 bilhões em agosto de 2013. Esse comportamento é consequência do crescimento de R\$ 172,7 bilhões no saldo dos haveres internos, que mais do que compensou o aumento de R\$ 166,1 bilhões verificado no estoque da dívida interna bruta. Em relação ao PIB, também houve redução, passando de 20,3% para 18,7%.

Em relação ao PIB, a Dívida Interna Líquida apresentou redução de 1,6 p.p. em comparação ao ano anterior.

A evolução da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional no mês é explicada pela emissão líquida de R\$ 11,5 bilhões e pela apropriação de juros de R\$ 20,4 bilhões.

Tabela 19 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013

Discriminação	Jul/13	Ago/13	Variação %	Ago/12	Ago/13	Variação %
EM PODER DO PÚBLICO	1.864.306,6	1.895.835,1	1,7%	1.778.876,8	1.895.835,1	6,6%
LFT	427.682,5	440.455,1	3,0%	449.051,3	440.455,1	-1,9%
LTN	530.496,9	547.744,3	3,3%	464.647,6	547.744,3	17,9%
NTN-B	609.142,1	605.782,6	-0,6%	546.043,8	605.782,6	10,9%
NTN-C	65.224,9	65.863,5	1,0%	64.984,1	65.863,5	1,4%
NTN-F	195.588,1	199.945,8	2,2%	219.737,8	199.945,8	-9,0%
Demais ¹	36.172,0	36.043,8	-0,4%	34.412,3	36.043,8	4,7%
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-32.992,5	-32.673,6	-1,0%	-29.260,6	-32.673,6	11,7%
EM PODER DO BANCO CENTRAL	914.713,8	915.092,6	0,0%	858.527,0	915.092,6	6,6%
TOTAL	2.746.027,9	2.778.254,1	1,2%	2.608.143,2	2.778.254,1	6,5%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

A Dívida Mobiliária Interna (Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, aumentou R\$ 31,9 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação pode ser explicada pela emissão líquida de R\$ 11,5 bilhões e pela apropriação de juros no valor de R\$ 20,4 bilhões.

Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional ¹ - Brasil - 2013

Discriminação	Saldo Jul/13	Fatores de Variação ²			Saldo Ago/13
		Emissões	Resgates ³	Juros ⁴	
EM PODER DO PÚBLICO	1.864.306,6	40.242,8	-22.697,6	13.983,3	1.895.835,1
LFT	427.682,5	11.726,5	-2.012,6	3.058,8	440.455,1
LTN	530.496,9	16.921,0	-3.977,3	4.303,7	547.744,3
NTN-B	609.142,1	8.771,5	-15.405,5	3.274,5	605.782,6
NTN-C	65.224,9	0,0	-0,5	639,1	65.863,5
NTN-F	195.588,1	2.812,9	-427,1	1.971,9	199.945,8
Demais ⁵	36.172,0	11,0	-874,6	735,3	36.043,8
EM PODER DO BANCO CENTRAL	914.713,8	0,0	-6.013,1	6.391,9	915.092,6
TOTAL	2.779.020,4	40.242,8	-28.710,7	20.375,2	2.810.927,7

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.

3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

4. Refere-se aos juros apropriados por competência.

5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A carteira de títulos em poder do público aumentou R\$ 31,5 bilhões. Houve emissão líquida de R\$ 17,5 bilhões e apropriação de juros no valor de R\$ 14,0 bilhões. Na carteira de títulos do Banco Central, o resgate líquido de R\$ 6,0 bilhões e a apropriação de juros no valor de R\$ 6,4 bilhões explicam o aumento de R\$ 378,8 milhões no estoque.

R\$ Milhões

Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013

Discriminação	Jul/13	Ago/13	Variação %	Ago/12	Ago/13	Variação %
DISPONIBILIDADES INTERNAS	489.228,7	505.710,9	3,4%	477.877,0	505.710,9	5,8%
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	512.503,0	512.995,0	0,1%	502.778,4	512.995,0	2,0%
Lei 9.496/97	400.004,7	400.372,1	0,1%	387.143,1	400.372,1	3,4%
MP 2.185/01	67.620,2	68.059,5	0,6%	63.214,6	68.059,5	7,7%
Lei 8.727/93	17.111,7	16.704,7	-2,4%	23.088,1	16.704,7	-27,6%
Antecipação de Royalties	6.380,3	6.342,7	-0,6%	7.763,3	6.342,7	-18,3%
Bônus Renegociados	5.518,2	5.679,7	2,9%	5.244,2	5.679,7	8,3%
Demais Haveres	15.868,0	15.836,3	-0,2%	16.325,1	15.836,3	-3,0%
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	315.429,6	319.659,1	1,3%	285.571,0	319.659,1	11,9%
FAT	177.416,2	180.191,2	1,6%	165.091,9	180.191,2	9,1%
Fundos Regionais	79.541,0	80.167,6	0,8%	72.063,8	80.167,6	11,2%
Demais	58.472,4	59.300,3	1,4%	48.415,3	59.300,3	22,5%
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	569.822,8	573.089,0	0,6%	472.528,6	573.089,0	21,3%
TOTAL	1.886.984,2	1.911.454,0	1,3%	1.738.754,9	1.911.454,0	9,9%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Os haveres internos do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 24,5 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo principalmente o aumento de R\$ 16,5 bilhões nas disponibilidades internas.

Dívida Externa Líquida

Em agosto de 2013, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 95,3 bilhões. Em percentual do PIB não houve alteração em relação ao mês anterior, totalizando 2,0%.

R\$ Milhões

Discriminação	Jul/13	Ago/13	Variação %	Ago/12	Ago/13	Variação %
	I. DÍVIDA EXTERNA	92.698,2	95.838,4	3,4%	88.427,9	95.838,4
Dívida Mobiliária	83.558,3	86.298,3	3,3%	76.126,6	86.298,3	13,4%
Euro	2.535,3	2.624,2	3,5%	4.478,1	2.624,2	-41,4%
Global US\$	67.698,3	70.234,0	3,7%	58.145,9	70.234,0	20,8%
Global BRL	13.288,5	13.402,3	0,9%	13.405,2	13.402,3	0,0%
Demais	36,3	37,8	4,1%	97,3	37,8	-61,2%
Dívida Contratual	9.139,8	9.540,1	4,4%	12.301,3	9.540,1	-22,4%
Organismos Internacionais	2.758,4	2.898,9	5,1%	7.376,5	2.898,9	-60,7%
Bancos Privados e Agências Governamentais	6.381,5	6.641,2	4,1%	4.924,8	6.641,2	34,9%
II. HAVERES EXTERNOS	840,3	559,8	-33,4%	596,8	559,8	-6,2%
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	840,3	559,8	-33,4%	596,8	559,8	-6,2%
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	91.857,9	95.278,6	3,7%	87.831,0	95.278,6	8,5%
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	2,0%	2,0%		2,0%	2,0%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em agosto, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 95,3 bilhões, contra R\$ 91,9 bilhões em julho. Houve aumento de R\$ 3,4 bilhões em relação ao mês anterior. Já a Dívida Externa do Tesouro Nacional aumentou R\$ 3,1 bilhões em relação a julho, justificada pela variação cambial negativa de R\$ 2,8 bilhões, pelo resgate líquido de R\$ 266,8 milhões e pela apropriação de juros no valor R\$ 607,6 milhões.

R\$ Milhões

Discriminação	Saldo Jul/13	Fatores de Variação ²				Saldo Ago/13
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
DÍVIDA MOBILIÁRIA³	83.558,3	0,0	-317,4	555,1	2.502,3	86.298,3
Global US\$	67.698,3	0,0	-317,4	423,4	2.429,7	70.234,0
Euro	2.535,3	0,0	0,0	17,7	71,3	2.624,2
Global BRL	13.288,5	0,0	0,0	113,8	0,0	13.402,3
Demais	36,3	0,0	0,0	0,2	1,3	37,8
DÍVIDA CONTRATUAL	9.139,8	87,4	-36,8	52,6	297,2	9.540,1
Org. Internacionais	2.758,4	38,7	-4,5	7,3	99,0	2.898,9
Bancos Privados/Agências Governamentais	6.381,5	48,7	-32,3	45,2	198,1	6.641,2
TOTAL	92.698,2	87,4	-354,2	607,6	2.799,5	95.838,4

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.

Comparativamente ao ano anterior, o aumento da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 7,4 bilhões, passando de R\$ 87,8 bilhões, em agosto de 2012, para R\$ 95,3 bilhões, em agosto de 2013. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 90,0% (R\$ 86,3 bilhões) e a dívida contratual representa 10,0% (R\$ 9,5 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional permaneceu estável em relação a julho e em relação ao ano anterior.

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1. Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

- Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
FSB - Fundo Soberano do Brasil
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
II - Imposto de Importação
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial